

BOLSAS	BOVESPA	C-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na segunda (em %)	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira, na segunda	Comercial, venda, segunda-feira (em R\$)	Turismo, venda (em R\$)	Na BM&F o grama (em R\$)	Prefixado, 30 dias (em % ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,56 ↓ São Paulo	+0,58 ↑ Nova York	US\$ 1,001 (▲ 0,38%)	2,511 (▼ 0,71%)	3,370 (▲ 0,01%)	R\$ 34,80 (▼ 1,41%)	19,47	Novembro/2004 0,69 Dezembro/2004 0,86 Janeiro/2005 0,58 Fevereiro/2005 0,59 Março/2005 0,61

PROPINODUTO CANDANGO

MP e Polícia Civil investigam lista de empresas que estava nas mãos de auditores fiscais, servidores, contadores e advogados acusados de cobrar propina para não autuarem contribuintes em Brasília

Os dezesseis alvos

MATHEUS MACHADO
E MARCELO TOKARSKI
DA EQUIPE DO CORREIO

As investigações da Polícia Civil e do Ministério Público (MP) sobre a atuação do propinoduto candango se concentram em 16 empresas apontadas como alvos de tentativa de extorsão ou suspeitas de terem pago propina ao grupo supostamente liderado pelos auditores tributários Sônia Maria de Andrade Santos, 47 anos, e Sami Kuperchmit, 53. Os dois e mais 11 pessoas, entre servidores públicos, contadores e advogados, estão presos desde a última quinta-feira sob a acusação de cobrarem propina para deixar de autuar empresas devedoras de impostos e de comercializarem recursos administrativos para limpar o nome de contribuintes devedores. Eles foram pegos na Operação Tentáculo, semana passada.

O Correio Braziliense teve acesso à lista, que é mantida em sigilo tanto pela polícia quanto pelo MP e Justiça. As 16 empresas são Web Editora Ltda.; Panavideo Tecnologia Eletrônica Ltda.; União Comércio Importação e Exportação Ltda.; CTIS Informática; Delta Agropecuária; Supermercado Caique; Quaíra Comércio de Alimentos Ltda.; Basa Brasília Alimentos S.A.; Via Veneto; Import Boat Ltda.; Tio Jorge Distribuidora de Produtos Alimentícios Importação e Exportação Ltda.; Supervarejo Comércio de Alimentos Ltda.; Transquadros Mudanças e Transportes Ltda.; e Transquadros Armazéns Gerais; José Antonio dos Santos Distribuidora Atacadista (Saborelli Distribuidor) e Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.

A reportagem tentou encontrar os responsáveis pelas 16 empresas ontem. Conseguiu contato com 12 delas e seis retornaram as ligações. Não foram encontrados os telefones de três das empresas investigadas, e uma delas, a Panavideo, não atendeu no único número disponível na lista telefônica. Essas empresas vêm sendo visitadas pela polícia e por auditores tributários, que irão refazer o trabalho conduzido pelos servidores da Receita acusados de envolvimento na máfia do propinoduto.

As respostas

Ex-presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra) e presidente do Conselho de Administração do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o empresário Lourival Dantas, teve suas empresas visitadas pela polícia na última sexta-feira. Os policiais e funcionários da Receita recolheram documentos da Gráfica Ipiranga e da Web Editora Ltda. No entanto, só aparece nas investigações do propinoduto a segunda empresa, que na verdade é conduzida pelos filhos de Dantas.

O empresário disse que a Web Editora está sendo investigada porque seu contador até 31 de dezembro do ano passado era Francisco Lúcio Gomes, 51 anos, preso na semana passada pela Operação Tentáculo. "Dispensamos o Lúcio no final do ano porque estava perdendo a confiança nele, mas está tudo em dia com as empresas", sustentou Dantas. Ele disse não se lembrar se o contador tenha alguma vez proposto o pagamento de propina. "Não me recordo se houve alguma pergunta nesse sentido", afirmou. O empresário ainda deve ser convocado para depor. "Meu advogado está cuidando disso", disse.

Segundo a investigação, a empresa de informática CTIS foi envolvida na apuração porque seu nome foi citado numa conversa entre contadores, que estavam sendo monitorados pela polícia, como alvo potencial para sofrer tentativa de extorsão pela quadrilha. O diretor-presidente da CTIS, Alvaldir da Silva Oliveira, informou que fiscais da Receita do DF fazem uma fiscalização de rotina na empresa desde janeiro. "Nunca sofremos qualquer tentativa de achacue nem tivemos documentos apreendidos pela polícia", diz Oliveira. Sexto maior contribuinte de ICMS e ISS do Distrito Federal, a CTIS seria uma possível vítima caso o esquema não tivesse sido desbaratado antes.

Uma das sócias-proprietárias do Supermercado Caique e

da Quaíra Comércio de Alimentos, Zilmara Lúcia de Andrade, disse ontem ao Correio que suas empresas foram auditadas pela dupla Sônia e Sami, e que um auto de infração chegou dias antes da prisão dos dois, na semana passada. "Ficamos surpresos. O contador disse que a multa tinha procedência, mas não falou nada além disso. Nunca pagamos propina a ninguém", afirmou a empresária. O contador que trabalhava para ela, Helton Correia de Souza, 35 anos, é um dos cinco presos na quinta-feira.

O proprietário da Saborelli Distribuidor, José Antonio dos Santos, alegou ter sido alvo da máfia do propinoduto. Ele contou que sua empresa foi auditada pelo grupo e que, em função de ter atrasado o pagamento de pouco mais de R\$ 150 pela taxa do Fundo de Apoio à Cultura, foi cobrado um auto de infração de aproximadamente R\$ 410 mil. "Por causa do atraso no pagamento da taxa, o Sami e a Sônia disseram que perderíamos todos os incentivos fiscais concedidos aos atacadistas", contou.

Segundo ele, na ocasião o então gerente da empresa, Levi Fernandes Júnior, que hoje não trabalha mais na Saborelli, teria pago R\$ 10.000 para o auditor Sami redigir uma defesa administrativa a ser apresentada ao Fisco. "O gerente ficou desesperado com a cobrança dos R\$ 410 mil, o que iria inviabili-

zar a empresa. Por isso pagou a título de honorários advocatícios, inclusive lançando este valor no balanço anual da empresa", afirmou. Levi Júnior, que já foi ouvido pela polícia, não quis falar ontem sobre o assunto. Confirmou apenas que o próprio Sami redigiu a defesa. No entanto, o recurso ainda não foi julgado no Tarf.

Conforme mostrou o Correio no último domingo, o empresário Fábio Dias, que também tem sua empresa, a Import Boat Ltda., investigada pela polícia, acusa a máfia do propinoduto de "fabricar" uma multa de R\$ 300 mil e cobrar dele R\$ 50 mil de propina. O empresário teria oferecido R\$ 10 mil, mas o grupo rejeitou a oferta. Ele então ameaçou denunciar os auditores, e nunca mais foi incomodado pela fiscalização.

Outras empresas

Das demais dez empresas investigadas pela Polícia Civil e pelo MP, o Correio conseguiu contato com a Adler, Supervarejo Comércio de Alimentos, Transquadros Transportes, Transquadros Armazéns, Via Veneto e Tio Jorge Distribuidora. No entanto, nenhum representante dessas empresas retornou às ligações da reportagem. No telefone da Panavideo, ninguém atendeu. A reportagem não conseguiu contato com as demais três empresas - União Comércio, Delta Agropecuária e Basa.

ENTENDA O CASO

Seis meses de investigação

As investigações conduzidas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público (MP) revelam que a máfia do propinoduto extorquia empresários em troca de barrar a cobrança de dívidas - reais ou fabricadas - de impostos junto à Receita Tributária do DF. Além disso, o grupo é acusado de negociar defesas administrativas e articular, no âmbito do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (Tarf), um suposto esquema de anulação de dívidas tributárias.

De acordo com as investigações, o esquema seria conduzido pelos auditores tributários Sônia Maria de Andrade Santos e Sami Kuperchmit. Em parceria com os contadores, a dupla é suspeita de achacar empresários. Para deixar de autuar o contribuinte em dívida com o Fisco, Sônia e Sami cobriam até 20% da dívida tributária. O papel dos contadores era, segundo a polícia, intermediar a negociação entre os auditores e os empresários. Ao longo dos seis meses de investigação, o

GDF deixou de arrecadar R\$ 50 milhões em multas e impostos devidos por empresas auditadas pela dupla.

Além disso, de acordo com o MP, a máfia também negociava recursos administrativos para as empresas devedoras, com a garantia de que os julgamentos seriam favoráveis no Tarf, a segunda instância do Fisco local. Segundo as investigações, os recursos eram preparados pelos próprios auditores suspeitos. Em alguns casos, a filha de Sami, a advogada Tamara Kuperchmit, também intermediaria os recursos.

No Tarf, o grupo teria o influente apoio do presidente do tribunal, Jaime Pereira Sardinha, 50 anos. Segundo o MP, era ele quem garantia que os recursos vendidos pelos auditores teriam sucesso e eliminariam as dívidas das empresas que pagaram propina. A ação da quadrilha teria ainda a cobertura do corregedor de Fazenda do DF, Geraldo Eudócio Cândido de Lima, 53 anos, servidor que deveria justamente cuidar de denúncias feitas contra os auditores tributários e fiscais da Receita. (MT)

DF - Corrupção

Arte: Gabriel Góes